



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DO
PROGRAMA DO IX GOVERNO CONSTITUCIONAL
NO PARLAMENTO NACIONAL**

Parlamento Nacional, Díli
18 de julho de 2023



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência
Senhora Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhoras e senhores Deputados

Senhoras e senhores membros do Governo

Senhoras e senhores,

Antes de mais quero agradecer o privilégio que me foi concedido pelo Povo Timorense por, uma vez mais, ter a oportunidade de comparecer nesta Magna Casa e, em conjunto com os Distintos Deputados, debater o futuro do país para os próximos cinco anos.

Quando, a 12 de setembro de 2012, aqui apresentei o Programa do V Governo Constitucional, disse: *“Temos consciência das necessidades prementes da Nação e das dificuldades que os timorenses enfrentam diariamente. (...) nunca foi a falta de qualidade do nosso Povo que limitou o nosso desenvolvimento, mas antes a falta de oportunidades!”*

Infelizmente, 11 anos depois, estas oportunidades não foram criadas para o nosso povo, o qual continua a viver com dificuldades.

Pior... nos últimos seis anos, fomos assistindo a um retrocesso do Estado de Direito democrático e à estagnação do desenvolvimento e do crescimento económico com impactos diretos na população.

O debate e apreciação deste Programa apresentado pelo IX Governo Constitucional é, por isso, mais do que uma formalidade constitucional. É um voto de confiança que pedimos para este Executivo, qualificado e experiente, que quer repor as regras de boa-governança, de transparência, de eficiência e de eficácia, para podermos TODOS aspirar ao Timor-Leste que sonhámos durante os difíceis anos de luta.

Não posso prometer milagres, nem tão pouco progressos imediatos de desenvolvimento nacional. Posso, no entanto, prometer que a inércia, a ineficiência e as irregularidades a que assistimos nas últimas governações, não fazem parte do estrutura desta equipa governamental.

Senhores Deputados,
Avós e avôs, mães e pais, jovens desta nossa Nação,

A liberdade não é viver na miséria e sem esperança!

A liberdade que sonhámos incluía viver em paz e segurança e com acesso à saúde, educação, à justiça e ao emprego, em resumo, ao bem-estar.

A liberdade, porém, conquista-se! Nenhum Plano Estratégico ou Programa do Governo pode ser implementado com o esforço exclusivo de um indivíduo ou instituição. Cabe ao Executivo, claro, a grande responsabilidade de o delinear e executar, mas este é um esforço que necessita do envolvimento de todos os cidadãos do País.

E posso compreender que haja um cansaço generalizado do nosso povo e até dificuldade em confiar nas promessas e compromissos políticos que têm sido feitos ao longo destes 21 anos de Independência. Compreendo uma certa desilusão, mas relembro que continuamos a ser um jovem Estado e, também por isso, um Estado frágil.

Peço, como tal, e mais uma vez, confiança! Confiança de que somos capazes de manter a paz social, melhorar a justiça e consolidar as instituições do Estado, pilares fundamentais para atrair investimento e assim desenvolver o setor económico e social de forma sustentável.

O meu primeiro repto vai, por isso, não só para o meu próprio Governo, mas para todos os Órgãos de Soberania, para a Sociedade Civil, para todos os Timorenses:

Vamos abraçar uma nova causa nacional.

Vamos lutar pelo nosso Estado de Direito democrático: armados de vontade de trabalhar, unidos de uma participação ativa e construtiva e encorajados por uma visão de Liberdade e Desenvolvimento!

E esta visão não pertence ao IX Governo Constitucional, pertence ao Povo Timorense. Da mesma forma que a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, que rege o nosso Estado de Direito democrático, não pertence a um Presidente da República, a um Governo ou aos membros do Parlamento Nacional – pertence aos Timorenses!

E os Timorenses souberam nas recentes eleições, usando o seu direito legítimo, passar claramente essa mensagem. Deram-nos, uma vez mais, uma lição de cultura democrática. Saibamos agora nós, governantes, aprender essa lição e agir com responsabilidade no desempenho da nossa missão.

Dito isto, passo a apresentar o conjunto de compromissos deste Governo para a vossa apreciação e debate, certo de que o futuro começa hoje e, como tal, queremos que desde o primeiro momento a agenda a implementar no país seja fruto de um diálogo participativo e construtivo.

Senhora Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados,

O Programa do IX Governo Constitucional, para o período entre 2023-2028, engloba seis compromissos principais:

Primeiro - Reafirmar o Estado de Direito Democrático

Iremos corrigir as irregularidades cometidas pela governação anterior que quebraram o sistema implementado de boa-governança, transparência, e de responsabilidade financeira e administrativa.

Isto inclui proceder a reformas estruturantes para acelerar a transformação necessária de setores que não estão a dar resposta útil e atempada à sociedade timorense, investindo na melhoria das Instituições do Estado – dos seus sistemas, processos e metodologias – a fim de estarem capazes de conduzir o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Vamos rever toda a legislação e regulamentação necessária para a consolidação do Estado, nomeadamente:

- A Lei que criou a RAEOA e a ZEEMS, garantindo a separação de poderes entre ambas e o estabelecimento de uma nova Autoridade na Região do Oe-cusse Ambeno, com uma total reestruturação de pessoal;
- A Lei que criou o município de Ataúro, já que o conceito de “RAEOA” deverá continuar a incluir Ataúro, até que as condições infraestruturais e técnicas estejam desenvolvidas, para Ataúro ficar então autonomamente separado da RAEOA;
- A Lei da Organização Judiciária;
- A Lei da Câmara de Contas;
- O Estatuto dos Magistrados Judiciais, o Estatuto do Ministério Público e o Estatuto da Defensoria Pública, recentemente aprovados;
- O quadro legal das instituições dos setores da Segurança Interna e da Proteção Civil, incluindo a legislação rodoviária e a Lei das Artes Marciais;
- O regime legal do setor financeiro, revogando legislação desatualizada que ainda se encontra em vigor;
- A Lei do Orçamento e Gestão Financeira e o Regime do Aprovisionamento e Contratos Públicos, transformando de forma gradual o sistema de contabilidade do Estado a partir do *cash basis system* para o *accrual basis system*;
- A Lei Tributária que irá introduzir o Imposto de Valor Acrescentado;
- Toda a legislação existente de combate à corrupção;
- A Lei da Pensão Vitalícia, para que este regime seja integrado no Regime de Segurança Social Contributivo, relativamente às pensões dos novos membros dos Órgãos de Soberania;
- A legislação que regulamenta a Lei de Bases e o Plano Nacional do Ordenamento do Território, aprovado recentemente;
- O quadro jurídico de organização e funcionamento das Autoridades Municipais e das Administrações Municipais, dando continuidade à estratégia de descentralização administrativa; e aproveitar para aprovar a regulamentação sobre a Lei do Poder Local e da Descentralização Administrativa, da Lei Eleitoral Municipal, e da Lei das Finanças Municipais.

Nos próximos 120 dias, vamos também proceder a uma Auditoria imediata à RAEOA e à ZEEMS, bem como a outras instituições do Estado como o Tribunal de Contas, a Comissão Anticorrupção, o Ministério Público, a Comissão da Função Pública, a Inspeção-Geral do Estado e os Órgãos de Administração Eleitoral, incluindo também auditorias a “negócios” efetuados pelo Governo anterior, já no final do mandato.

Não podemos falar de um Estado de Direito sem falar de Justiça. E o Estado de Direito “*só poderá existir quando a justiça brandir a espada com a mesma habilidade com que manipula a balança*”. O IX Governo considera prioritário uma maior atenção ao setor da Justiça, para que esta seja praticada com maior profissionalismo, seriedade e transparência.

Ainda com o objetivo de Reafirmar o Estado de Direito Democrático, vamos rever de forma aprofundada o Plano Estratégico de Desenvolvimento em permanente consulta com a Sociedade Civil, para o atualizar de forma a refletir o verdadeiro estado atual da Nação.

Este plano continuará a incidir no desenvolvimento do capital social, das infraestruturas e da economia, com vista a acelerar a diversificação económica e a criação de emprego no país.

Um dos nossos maiores desafios, mas também uma das nossas maiores oportunidades, é o grande crescimento da população jovem. Temos de encontrar estratégias inteligentes para capitalizar este importante recurso. Na exploração dos recursos energéticos do país, queremos escapar à “maldição dos recursos”, apostando na “dádiva da juventude”. Nesta conjugação, recursos naturais e recursos humanos jovens, está o progresso da Nação.

Assim, e para além da aposta nos sectores de diversificação tradicionais, o investimento na transformação da costa sul num centro petrolífero regional – o projeto Tasi Mane – está a aposta deste Governo com efeitos multiplicadores em todos os municípios.

A implementação do Tratado das Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália no Mar de Timor, é assim prioritário para este Executivo, bem como trazer o gasoduto para a exploração do *Greater Sunrise* para a Costa Sul de Timor-Leste. E, para garantir uma maior eficiência neste setor, vamos proceder à reestruturação imediata da Direção do TIMOR GAP e da ANPM.

Finalmente, enquanto parte integrante da construção do Estado e da Nação, e porque queremos ser um Estado de Direito PLENO, iremos dar prioridade máxima à finalização da delimitação das fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia.

Segundo - Desenvolver o Capital Social

Uma Nação justa e desenvolvida é aquela que garante o acesso à saúde e à educação de qualidade, é ainda aquela que combate as desigualdades e promove a inclusão, criando oportunidades para todos, independentemente do seu género, idade, local de residência, religião, condição social ou económica, ou orientação sexual.

De 2007 a 2017, os Governos deram grande prioridade à promoção da justiça social. Sabemos que, a longo prazo, a prestação de uma educação e formação de qualidade e a criação de oportunidades de emprego serão os instrumentos fundamentais para a saída da pobreza.

Até que tal aconteça, é dever do Estado assegurar que os Combatentes da Libertação Nacional (que ofereceram sacrifícios à Pátria), as mulheres e crianças (onde reside a fórmula de sucesso para o desenvolvimento sustentável), bem como as famílias pobres e carenciadas, os idosos e outros cidadãos vulneráveis (como é o caso das pessoas portadoras de deficiência), tenham acesso à satisfação das suas necessidades básicas e ao bem-estar.

Iremos, por isso, continuar a apoiar esta população, ao mesmo tempo que desenvolvemos políticas e criamos estratégias que reduzam a dependência ao apoio do Estado. Vamos, nomeadamente:

- Consolidar a implementação da Estratégia Nacional de Proteção Social e da Lei do Regime Geral da Segurança Social, garantindo a proteção dos cidadãos em situação precária ou vulnerável;
- Consolidar o Instituto Nacional de Segurança Social e o Fundo de Reserva da Segurança Social, de forma a gerir com independência, transparência, eficácia e eficiência o sistema de segurança social, incluindo os regimes contributivos e não contributivos;
- Aprovar a Lei de Bases de Proteção Social;
- Rever e avaliar os documentos legislativos e operacionais da Pensão Social e do Programa Bolsa da Mãe Jerasaun Foun;
- Alargar a construção de Centros de Solidariedade Social, já existentes nos Municípios, para todos os Postos Administrativos, melhorar os Serviços de Atendimento Social através dos Centros de Solidariedade Social, e melhorar o Programa de Apoio às Instituições de Solidariedade Social;
- Melhorar o Centro Nacional de Reabilitação, para melhor assistência e tratamento aos portadores de deficiência e alargar este Centro a todos os municípios;
- Criar oportunidades de negócios para as mulheres em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de assegurar a sua independência económica;
- Garantir a igualdade de oportunidades às mulheres e continuar a implementar as questões sensíveis ao género em todas as áreas de governação;
- Assegurar que as meninas, em idade escolar, completam o ensino básico e prevenir que as mulheres, ao atingirem a sua maioridade (18 anos), abandonem o ensino;
- Continuar a implementar o Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género e a promover campanhas contra a violência doméstica;
- Apoiar os Idosos, particularmente e com urgência para os com idade superior a 70 anos;
- Criar Centros de Atendimento a Idosos, em todos os municípios, bem como programas de Tempos Livres e Terapia Ocupacional para as pessoas idosas;
- Estimular a criação de negócios autossustentáveis para cidadãos portadores de deficiência, investindo também em equipamentos e acessibilidade a equipamentos de instituições públicas;

- Desenvolver programas de apoio não só aos portadores de deficiência, mas às famílias e comunidades que têm, a seu cargo, pessoas portadoras de deficiência;
- Melhorar os mecanismos de socorro e assistência às vítimas de desastres naturais, incluindo assistência alimentar, construção de infraestruturas e distribuição de materiais de construção e materiais para armazenamento;
- Continuar a promover o reconhecimento oficial e o apoio aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional e às suas famílias;
- Estudar a viabilidade de criação do Fundo dos Veteranos e apoiar a criação de um banco comercial com as verbas do Fundo de Investimento dos Veteranos.

Já referi que os nossos jovens, são uma das riquezas da nossa Nação. Não só têm o poder de transformar o país, como serão os nossos futuros líderes.

Vamos investir numa Política Nacional de Juventude que garanta uma ação coordenada para o desenvolvimento e autonomia destes jovens. Esta aposta será desenvolvida em conjunto com um investimento mais responsável no Desporto e na Cultura, instrumentos importantes para o desenvolvimento de competências cívicas, sociais e de liderança, promovendo ainda que os jovens tenham uma ocupação, contribuindo para a paz social.

Para que estes jovens conheçam o seu passado, honrem o presente e valorizem o futuro, vamos concluir uma investigação rigorosa sobre a História da Luta da Libertação Nacional e promover também a divulgação da História Contemporânea de Timor-Leste.

Ainda na área da Cultura, queremos criar e apoiar uma Associação de Arte e Cultura Timorense, para encorajar os jovens talentosos nas artes e cultura, a refirmarem a identidade nacional e a expandi-la internacionalmente.

Iremos ainda retomar os antigos projetos de construção de um Museu e Centro Cultural em Díli e melhorar não só o quadro jurídico associado à cultura, como investir em equipamentos e iniciativas culturais.

Distintos Deputados
Senhoras e senhores,

Não podemos falar em capital social, sem abordar de forma prioritária o setor da saúde e educação. E nesta área não vamos incidir tanto nas políticas que já estão em curso, mas na melhoria da prestação pública destes serviços essenciais. Vamos trabalhar arduamente para melhorar o planeamento, o financiamento, a gestão e a prestação de serviços de qualidade, já que aí reside o problema principal destes dois setores cruciais para o desenvolvimento.

No setor da Saúde, o Governo irá continuar a implementar a Política Nacional de Saúde e o Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde 2011-2030, maximizando os esforços no sentido de garantir uma melhor prestação de serviços, bem como generalizar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade, aferindo constantemente sobre a eficiência, transparência e profissionalismo

na gestão dos recursos financeiros, humanos, materiais e logísticos, das infraestruturas e dos equipamentos.

Em particular, iremos:

- Garantir a imediata disponibilidade de todos os medicamentos necessários aos hospitais e centros de saúde, garantindo uma reforma na gestão e administração do setor da saúde para que, de futuro, este direito fundamental à proteção da saúde dos cidadãos nunca seja posto em causa;
- Melhorar a nutrição infantil, também através de uma merenda escolar nutritiva para todas as crianças;
- Garantir que todos os sucos, sobretudo em áreas remotas, tenham acesso a um Posto de Saúde com um pacote abrangente de serviços;
- Assegurar que os Centros de Saúde Comunitários, nos postos administrativos, garantem o atendimento a um maior número de pessoas;
- Continuar a melhorar a saúde materna e infantil, através de políticas abrangentes que incluam cuidados preventivos e integrados, como é o caso da vacinação;
- Melhorar e alargar a prestação de cuidados médicos no Hospital Nacional Guido Valadares, em várias especialidades, com mais médicos e técnicos especializados, para que seja possível fazer o tratamento de várias doenças, que habitualmente necessitam de cuidados no estrangeiro;
- Reformar o Laboratório Nacional de Saúde e o Banco de Sangue para melhorar a gestão dos serviços laboratoriais e dos sistemas de fornecimento de sangue;
- Em termos de infraestruturas, iremos continuar a construir e a reabilitar os Postos de Saúde e a melhorar os Centros de Saúde Comunitários e os Hospitais de Referência, incluindo as necessárias infraestruturas de apoio;
- Iremos ainda criar um Hospital de Saúde Psiquiátrica.

Em relação ao setor da Educação queremos que, em 2028, Timor-Leste atinja uma educação de melhor qualidade, com mais ampla oportunidade de acesso para todos, sendo esta uma educação capaz de prover realmente resposta às necessidades do mercado de trabalho, contribuir para a redução do desemprego, através da aprendizagem ao longo da vida, e, assim, quebrar o círculo vicioso de pobreza intergeracional.

Em particular, iremos:

- Reformar a gestão e administração do sistema educativo, ao nível do Ministério da Educação e ao nível municipal e das escolas, incluindo a definição de procedimentos adequados e de sistemas para a monitorização e avaliação;
- Melhorar a qualidade do ensino, em todos os níveis de ensino, através de uma maior capacitação dos professores;
- Rever os currículos escolares, sobretudo no ensino secundário geral e vocacional, para assegurar a aquisição de competências adequadas ao mercado de trabalho e necessidades de desenvolvimento nacional;
- Continuar a construir, reabilitar e equipar as escolas do ensino pré-escolar ao secundário;

- Avaliar as escolas CAFE, no desenvolvimento do ensino e no aspeto financeiro, para se poder pensar em expandir a todos os Postos Administrativos;
- Aumentar para o dobro o número de bolsas de estudo a serem atribuídas, por mérito, e em conformidade com as necessidades nacionais;
- Melhorar o ensino superior, garantindo uma adequada avaliação e acreditação académica e a formação contínua de professores;
- Expandir o Ensino Superior Técnico, em áreas estratégicas para a economia nacional, criando o Instituto Superior Politécnico de Turismo, Hotelaria e de Agências e Guias de Turismo de Lospalos, o Instituto Superior Politécnico de Engenharia no Suai, e a Academia de Pescas e Estudos Marinhos de Manatuto. Iremos também melhorar as infraestruturas, a gestão e o ensino no Instituto Politécnico de Betano;
- Criar uma Comissão coordenadora das Universidades e Institutos Superiores, para estudar uma estratégia coletiva na definição de uma melhor assistência por parte do Estado e na implementação do objetivo de elevar a qualidade do Ensino.

Por outro lado, iremos continuar a apostar na formação profissional e emprego, investindo na qualificação de jovens em áreas estratégicas de desenvolvimento. Iremos, também, continuar a trabalhar com os países amigos para a criação de oportunidades de formação profissional e emprego no estrangeiro, através de estágios profissionais e programas de trabalho sazonal, contando que estes timorenses regressem ao país para aplicar as competências adquiridas.

Terceiro - Desenvolver as Infraestruturas

Entre 2007 e 2017, o setor das infraestruturas foi considerado o motor de desenvolvimento nacional, capaz de alavancar o capital social, o crescimento económico, a geração de emprego e a consolidação das instituições.

O IX Governo Constitucional quer recuperar esse ímpeto e retomar o plano integrado de infraestruturas, com obras de qualidade e proporcionais ao investimento.

Neste sentido, e já nos próximos 120 dias, queremos proceder ao levantamento das principais necessidades de manutenção de estradas e de normalização de ribeiras em todo o país, a fim de se iniciar as obras de reabilitação urgentes em 2024.

O Governo estabeleceu troços de estradas prioritárias em duas fases, sendo as mais prementes as que ligam aos postos administrativos e estradas rurais, para depois se passar às estradas urbanas de Ainaro, Baucau, Bobonaro, Ermera, Lautém e Viqueque.

Por outro lado, temos de reforçar o investimento no acesso à água potável e ao saneamento básico, condições essenciais para a saúde pública e a qualidade de vida das populações. Para isso vamos aprovar e implementar o Plano de Investimento, Políticas e Reforma Institucional 2023-2030, a fim de dar cumprimento às metas definidas no PED e no 6.º ODS. Este plano identificará os investimentos necessários para o abastecimento de água e saneamento em todo o país.

Vamos também continuar a assegurar que toda a população tem acesso à eletricidade, através da expansão do Programa de Eletrificação Nacional. Relativamente a Ataúro, vamos realizar um estudo de viabilidade para poder concretizar um plano sustentável de eletrificação da ilha.

Este Governo irá ainda estabelecer um Gabinete de Recursos Naturais Renováveis, que coordene as ações ao nível intersectorial, realize as análises e estudos de viabilidade relevantes a este setor e que seja responsável pela implementação dos projetos de energia renovável, incluindo a gestão, monitorização e avaliação.

Neste âmbito queremos implementar projetos piloto de energia renovável como a construção das centrais de Lariguto e Bobonaro para o desenvolvimento eólico; investir em sistemas de energia solar e desenvolver um estudo de viabilidade para a construção de uma central termoelétrica para gerar energia a partir do lixo doméstico e industrial de Díli.

O IX Governo compromete-se ainda a concluir a instalação do Cabo de Fibra ótica e garantir uma ligação de internet com qualidade para todos os cidadãos e em todo o país.

Comprometemo-nos ainda a retomar os planos de investimento em transportes terrestres, marítimos e aéreos, com destaque para as seguintes iniciativas:

- Efetuar uma revisão profunda do Código da Estrada com particular incidência no aumento da segurança, prevendo para o efeito a criação de aulas obrigatórias prévias ao exame de condução;
- Melhorar as instalações portuárias de Com e Ataúro;
- Construir uma instalação portuária em Kairabela em Vemasse, para facilitar o acesso ao mar e apoiar o setor do turismo;
- Proceder aos estudos de viabilidade para a construção do porto de Manatuto e para a criação de uma linha marítima nacional;
- Reestruturar e modernizar o Porto de Díli, para a sua conversão numa Marina da Cidade e Porto de Cruzeiros;
- Desenvolver o Plano Diretor do Aeroporto Internacional e concluir a sua expansão;
- Desenvolver estudos de viabilidade dos aeroportos municipais e operacionalizar o Aeroporto do Suai.

Quarto - Desenvolver a Economia

Senhoras e senhores,

Se queremos criar oportunidades para o povo, temos de desenvolver uma economia diversificada com base na agricultura, pescas, pecuária, turismo e investir na criação de pequenas e médias indústrias e empresas, a fim de reduzir gradualmente a importação de bens e produtos.

Não podemos falar de soberania plena se não pudermos ser autossuficientes em termos alimentares.

O IX Governo vai expandir o setor agrícola, melhorar as práticas de cultivo e a produtividade agrária e desenvolver ações para melhorar a produção de culturas agrícolas específicas e sistemáticas, de acordo com o potencial de cada região do país.

Relativamente à pecuária, queremos aumentar a produção animal em 20% até 2028, com o objetivo de diminuir as importações de produtos animais do estrangeiro. Vamos ainda investir para incentivar os pescadores e o esforço da pesca, de forma sustentável.

Assim gostaria de destacar as seguintes políticas:

- Criar um Laboratório Público de Investigação Agrícola, com vista ao desenvolvimento de programas de investigação para todos os principais produtos agrícolas de Timor-Leste;
- Estabelecer um Instituto de Pesquisa e de Desenvolvimento Agrícola, dedicado ao sistemas de produção junto dos agricultores;
- Continuar a melhorar práticas agrícolas para aumentar e melhorar a produção e a apoiar os agricultores, nomeadamente através de formação, equipamentos e sistemas de irrigação;
- Continuar a apoiar a produção do café orgânico e de alta qualidade, incluindo a promoção do café Timor ao nível nacional e internacional;
- Estabelecer um Centro de Investigação de Produção Animal, para aferir quais as espécies que melhor se adaptam às condições de Timor-Leste, melhorar a qualidade genética e técnicas de reprodução seletiva;
- Apoiar o estabelecimento de uma Associação de Criadores de Gado, facilitando o seu estabelecimento e respetivas políticas e iniciativas;
- Promover a criação de pequenas empresas de apoio à pecuária, incluindo infraestruturas de refrigeração, triagem, processamento e embalagem de carne, com vista ao desenvolvimento de uma indústria pecuária segura e de qualidade;
- Rever os estudos elaborados sobre o setor das pescas, para identificar ações e estratégias prioritárias para o crescimento do setor;
- Regulamentar e controlar a pesca e promover campanhas, junto dos pescadores e das suas comunidades, sobre técnicas de pescas que apresentem menor risco de delapidação da capacidade de produção de pescado e do meio envolvente;
- Investir na formação de recursos humanos na área de pescas e aquacultura, para apoiar os serviços técnicos no mar e na aquacultura e na pesca de alto-mar com orientação para a futura exportação;
- Elaborar estudos com vista ao estabelecimento de uma entidade de Administração indireta do Estado para a área das pescas e aquacultura, como o Instituto Nacional das Pescas e Aquacultura, que poderá ser uma fonte de promoção e de motivação do investimento privado.

Como já referi, o IX Governo está verdadeiramente empenhado em trazer o gasoduto para Timor-Leste, provando ao mundo que esta é uma solução economicamente viável e segura.

Assim, o desenvolvimento da Costa Sul irá ser um centro de atividade no âmbito do petróleo e gás natural, com o estabelecimento de uma base logística no Suai, de uma refinaria petrolífera e um complexo petroquímico na costa sul e a instalação de uma fábrica de gás natural liquefeito, proveniente do *Greater Sunrise*, através da construção de um gasoduto submerso até essa região.

Com este projeto do Tasi Mane haverá um desenvolvimento em toda a zona costeira do sul, com a construção de novas cidades e infraestruturas de apoio. Não só a exploração, mas também a fase de construção, bem como a operação de infraestruturas e serviços conexos irão criar mais de 50.000 postos de trabalho, diretos e indiretos.

Todo o país irá beneficiar deste projeto, não só pelo aumento do Produto Interno Bruto, mas pela dinâmica económica proporcionada pela produtividade de fatores económicos que incluem ainda a subcontratação de serviços como a restauração, engenharia, segurança, fornecimento de combustível, serviços de gestão, profissionais e técnicos e necessidades de produtos agrícolas, para mencionar só alguns.

Por outro lado, este Governo está determinado em olhar para o Mar, de outro prisma, já que o mar é crucial para a vida do ser humano! Dá-nos praticamente tudo o que precisamos: alimentos, saúde, conectividade, entretenimento, inspiração e prosperidade.

A partir do mar há todo um conjunto de setores que se apresentam como um potencial motor de desenvolvimento sustentável. Desde os setores tradicionais – como as pescas, os portos, a construção e o transporte naval, as atividades portuárias, o turismo, e o petróleo e gás natural –, aos setores estratégicos – como a defesa e a segurança –, a outros setores mais recentes – como a biotecnologia, as energias marinhas renováveis e, até mesmo, o mar como sequestrador de carbono.

Construir uma economia do mar sustentável é, por isso, uma oportunidade para o nosso país. Eu diria mesmo, uma esperança!

O Governo irá continuar a implementar a campanha *Ha'u nia Tasi, Ha'u nia Timor*, de sensibilização sobre as áreas marítimas de Timor-Leste, e dará prioridade à elaboração de uma Política para a Economia Azul de Timor-Leste, com vista ao crescimento sustentável da nação, incluindo a preservação, conservação e uso sustentável dos nossos recursos oceânicos e a promoção de iniciativas e programas que visem a sustentabilidade ambiental, económica e social.

Esta política irá necessitar do esforço conjunto e dinâmico de vários ministérios e entidades públicas, sobretudo aqueles com responsabilidades na área de agricultura e pescas, meio ambiente, negócios estrangeiros, petróleo, administração estatal, defesa e segurança, para o desenvolvimento bem-sucedido e sustentável da Economia Azul.

Este programa irá ainda dinamizar os setores do Turismo, que aliará a sua estratégia de atração turística e melhoria e promoção de produtos e ofertas turísticas, o turismo marítimo sustentável e o ecoturismo de Timor-Leste.

Esta estratégia irá ainda reforçar a nossa estratégia de preservação e valorização dos recursos naturais, a nossa biodiversidade, salvaguardando de forma geral o meio ambiente, terrestre e marítimo, para o desenvolvimento sustentável da economia.

Finalmente, e antes de acabar este compromisso para com a economia, não posso deixar de referir que vamos apostar na dinamização do investimento estrangeiro e no desenvolvimento do setor privado nacional, através de condições atrativas e seguras, removendo obstáculos e fomentando o empreendedorismo, para que o setor privado, nacional e internacional, seja um verdadeiro parceiro do Governo no crescimento económico.

Excelências

Senhoras e senhores, quero agora falar-vos do quinto compromisso.

Quinto - Consolidar a Governação

Para além das reformas legislativas que já referi, vamos apostar numa política económica que contribua para o desenvolvimento do investimento privado e uma política fiscal que contribua para um maior equilíbrio fiscal, através de um sistema tributário que arrecade mais receitas domésticas, mantendo um regime fiscal competitivo, capaz de atrair investimento.

Queremos, nos próximos cinco anos, criar campos de trabalho para todos e reduzir a taxa de pobreza mínima para 10%, através do desenvolvimento das infraestruturas e do tecido económico, como já referi. Uma melhor política de setor financeiro irá contribuir para a mudança na estrutura da economia, que depende largamente das despesas públicas, para uma economia sustentável, com o aumento das atividades do setor privado.

Este não progride, em grande medida, porque se limita a projetos do Estado e não tem acesso ao crédito e financiamento a um prazo longo e com juros acessíveis. Os bancos existentes apenas concedem crédito às organizações internacionais e às empresas do seu país de origem e aos setores que muito dependem de contratos com o Governo e do investimento público.

O Governo irá estabelecer um Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste, com o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento a longo prazo, com taxas de juros acessíveis, para que empreendedores possam participar no desenvolvimento da Nação.

Por outro lado, vamos apoiar e expandir o Banco de Comércio Nacional de Timor-Leste aos municípios e postos administrativos, para que as micro, pequenas e médias empresas, urbanas e rurais, possam também ser parte ativa deste crescimento.

O Governo pretende ainda que, na sua política de investimentos, o Fundo Petrolífero possa ter em conta os investimentos realizados pelas empresas em ações que detém. Para tal, o Governo fortalecerá as capacidades das empresas estatais existentes, por forma a orientar a sua atividade para promover investimentos em Timor-Leste e avaliar os efeitos financeiros e económicos para o Estado, promovendo as atividades das empresas estatais para os setores produtivos.

Ir, também, estabelecer a Corporação de Investimento de Timor-Leste (TLIC), enquanto companhia estatal para o investimento e, ainda, capitalizar as companhias estatais, através de planos de negócios.

O Governo irá aprovar o Regime do Setor Empresarial do Estado para melhorar o acompanhamento das empresas estatais e promover a participação do Estado em investimentos privados e contribuir para o seu retorno financeiro e econmico.

Também o mecanismo de diversificação financeira, a partir “Ações para o Investimento do Setor Privado” (*Equity Participation*), pretende ser implementado pelo Governo, já que estimular investimentos do setor privado, promover o desenvolvimento das infraestruturas, e contribuir para a diversificação da economia e criação do emprego, com vista a arrecadar receitas para o Estado.

Estas apostas são farão sentido se o Governo continuar a fortalecer a política fiscal e de gestão das finanças públicas com transparência, responsabilidade, eficiência e sustentabilidade. Como uma das prioridades durante o seu mandato, o Governo vai, por isso, reformar a Gestão das Finanças Públicas.

Vamos também garantir o regresso ao rigor da execução da despesa pública, investindo na descentralização financeira às instituições públicas e às autoridades regionais e municipais, reforçando as capacidades das Instituições públicas, através da interligação do sistema informático no setor público com o sistema informático financeiro. Associado a isto, vamos retomar a “oramento por programas”, para evitar despesas irrelevantes, indiciadoras de corrupção.

Sexto - Promover a Boa Governo e Combater a Corrupção

Por fim, vamos trabalhar no sentido de garantir um setor público forte, honesto e eficiente, associado a mecanismos de justica e de segurança interna que contribuam para a segurança e prosperidade do país.

Vamos atuar com determinação:

- Em avaliações de desempenho e a promoção com base no mérito;
- No combate à corrupção, também preventivamente. Os membros do Governo não serão exceção, com a aprovação de um Código de Conduta;
- Na associação de tecnologias de informação, incluindo o Governo eletrnico, e numa boa cooperação com os meios de comunicação social do país, para promover a boa governação;
- Na Reforma e Modernização da Administração Pública;
- No Fortalecimento Institucional, incluindo a revisão da matriz organizacional das instituições;
- Na formação e capacitação dos recursos humanos da Administração Local do Estado com vista a melhorar a prestação de bens e serviços públicos locais.

O Governo irá ainda, como disse no início desta intervenção, efetuar o processo de Descentralização, apostando nas potencialidades de cada município, considerando que esta pode ser uma segunda Independência para o país, onde todos podem contribuir para o seu próprio desenvolvimento.

Assim, vamos, nos próximos cinco anos, iniciar o processo de Poder Local, através de uma Descentralização faseada do Governo e das Assembleias Municipais, depois de criadas as respetivas condições infraestruturais e técnicas. Este objetivo não será cumprido sem o envolvimento e a participação ativa e responsável de todos os Timorenses da ponta leste à ponta oeste.

Finalmente, no âmbito da boa governação e combate à corrupção, não poderíamos deixar de falar, novamente, em Justiça e em Defesa e Segurança. Neste âmbito o IX Governo Constitucional vai dar prioridade à:

- Implementação do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, incluindo a revisão e aprovação do respetivo quadro legal;
- Reforma e reestruturação imediata do Sistema Nacional de Inteligência, para garantir a integridade e profissionalismo desta instituição;
- Reestruturação da Polícia Científica de Investigação Criminal, também pela necessidade absoluta de maior integridade e profissionalismo;
- Revisão do Plano Estratégico de Segurança Interna 2030, com vista a adequá-lo aos desafios atuais dos setores da Segurança Interna e Proteção Civil;
- Eliminar a partidarização das Forças de Segurança e Defesa do país;
- Implementar uma Reforma profunda no Setor da Justiça, também com a criação do Supremo Tribunal de Justiça e formação irrepreensível de Juízes e Procuradores.

Senhora Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados,

Não posso deixar de referir que o caminho que temos pela frente está repleto de desafios. Desafios que temos de encarar com responsabilidade.

Este é um programa que exige muita determinação, perseverança e honestidade, porque por vezes é mais fácil começar de novo do que corrigir processos e sistemas, vícios e hábitos instalados. Mas só assim poderemos retomar o bom caminho do progresso.

E temos de estar preparados para conjunturas imprevisíveis. Não foi só a crise interna de irregularidade democrática que vivemos recentemente no país, que provocou a estagnação social e económica. Foi também a falta de capacidade para analisar e superar outras crises, também no panorama internacional, que nos colocou no atual estado da Nação.

Enfrentámos uma pandemia global com um impacto tremendo no mundo inteiro, que fez milhões de vítimas mortais, obrigou a fechar fronteiras, enfraqueceu a democracia global e levou a uma crise económica e social mundial que agravou ainda mais a pobreza e as desigualdades no mundo.

Timor-Leste, não foi exceção!

As cheias de 2021, para além de várias vítimas mortais, deixou danos graves no país. Mais de dois anos depois, ainda hoje podemos ver um pouco por todo o país as marcas destas cheias, com estradas e habitações que nunca foram reparadas, e muitas das que foram, fazem-nos lembrar da importância do ordenamento territorial, especialmente na capital de Díli.

Menos de um ano depois das cheias, surge a guerra na Ucrânia. E nem a nossa meia-ilha, do outro lado do mundo, pode ficar indiferente a uma guerra na Europa. Esta guerra veio causar ainda mais incertezas ao nosso jovem Estado necessitado de desenvolvimento.

A guerra não é só a ação mais abjeta do ser humano. Esta guerra não está só a provocar a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial, está a provocar a disrupção democrática e económica de muitos países, onde mais uma vez Timor-Leste não é exceção, com ruturas na cadeia de abastecimentos, com a pressão inflacionária internacional, e com o aumento dos custos da energia e das matérias primas.

A Comunidade Internacional, sempre célere e presente no apoio a Timor-Leste, continuou durante estas crises recentes a prestar a sua solidariedade para com o nosso povo. Mas países doadores e as agências internacionais têm muitos povos em sofrimento a quem prestar a sua atenção.

Timor-Leste tem de estar preparado para lidar com as crises nacionais e internacionais, e face às complexidades e desafios que o mundo nos apresenta – do conflito à guerra, da crise dos refugiados ao fanatismo e terrorismo, da insegurança marítima às alterações climáticas, não pode simplesmente abrigar-se das “tempestades” e esquecer que existe um mundo lá fora em permanente mudança.

Temos de enfrentar o mundo de uma forma proativa, porque nenhum país consegue ultrapassar os desafios que são globais de uma forma isolada.

Temos a capacidade de ter uma voz mais ativa no palco internacional e experiências válidas para partilhar, não só no âmbito dos países do G7+, mas com todos os países do mundo. O nosso sucesso na resolução pacífica de disputas no caso da delimitação de fronteiras marítimas, recorrendo à CNUDM e ao direito internacional, granjeou-nos o respeito mundial.

Queremos continuar a retribuir a solidariedade que nos foi depositada durante os anos de luta e restauração da nossa Independência, unindo as nossas vozes ao movimento internacional de promoção de reconciliação, paz e estabilidade.

Vamos promover o multilateralismo enquanto objetivo prioritário de política externa, face à complexidade da conjuntura internacional. Vamos reforçar o envolvimento junto da ONU e outras Agências Internacionais, participando em temas centrais como as alterações climáticas, os assuntos do mar e a sustentabilidade dos oceanos, a Economia Azul, a questão das migrações e refugiados, bem como iniciativas de cariz humanitário.

E, claro, fortalecer as relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os Estados, em particular com os países amigos e parceiros de desenvolvimento, em particular com os mais “próximos”, sejam eles os nossos vizinhos, os países da região, ou os países da CPLP, mas também com todos aqueles que nos têm apoiado incondicionalmente durante as várias fases de construção da paz e da Nação.

Não posso deixar de referir, com gratidão, que neste mesmo mês em que tomámos posse, fomos honrados com a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, da Ministra de Negócios Estrangeiros da Austrália e o Primeiro-Ministro de Portugal. Esta amizade e cooperação bilateral reforça a nossa convicção de que estamos à altura de cumprir a nossa missão perante os Timorenses.

E deste compromisso faz parte também estarmos devidamente preparados para aderirmos plenamente à ASEAN e à Organização Mundial do Comércio.

E é neste sentido que vai o meu segundo repto:

Vamos todos ser diplomatas do nosso país!

Vamos construir uma imagem credível de um país independente, responsável e em desenvolvimento, que defende a tolerância, os direitos humanos, o Estado de direito democrático e um sistema mundial regido por regras internacionalmente aceites.

E vamos, independentemente da nossa condição profissional, social ou económica, dignificar a nossa presença no estrangeiro, ao mesmo tempo que cuidamos do nosso país para atrair investimento, comércio e turismo para Timor-Leste.

Para terminar, agradeço desde já aos Distintos Deputados a vossa colaboração e determinação para debater e melhorar a agenda estratégica do IX Governo Constitucional.

O amanhã começa hoje, aqui e agora. Vamos estar à altura dos mandatos – do Parlamento e do Governo – que recebemos dos Timorenses. É o nosso dever, é a nossa responsabilidade.

Conto com o vosso voto de confiança para, juntos, criarmos oportunidades para o nosso Povo!

Tenho dito!
Muito obrigado.